



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

PROTOCOLO SIC __

SECRETARIA: Secretaria da Segurança Pública

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por .

EMENTA: Furto, roubo e afetação à propriedade. Homicídios. Pedido genérico. Informações disponíveis em transparência ativa. Negado provimento.

DECISÃO OGE/LAI nº 224/2017

1. Trata o presente expediente de pedido à Secretaria da Segurança Pública, número SIC em epígrafe, de dados de ocorrências de furto, roubo e outras afetações à propriedade, além daquelas violentas como homicídio, nos últimos 20 anos.
2. Em resposta, a Secretaria indicou o caminho adequado para pesquisa dos dados disponibilizados em transparência ativa. Em grau recursal, a Pasta considerou que o recurso foi redigido sem a adequada motivação e a parcela não atendida do pedido inicial era genérica, orientando o interessado a ingressar com um novo pedido de acesso para especificar a demanda. Insatisfeito, o requerente ensejou o presente apelo revisional cabível a esta Ouvidoria Geral do Estado, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015, solicitando microdados.
3. No caso concreto em apreço, constata-se que a Secretaria permitiu acesso os dados disponíveis referentes ao pedido, nos termos do artigo 11, caput, da Lei de Acesso à Informação, indicando endereço eletrônico de seu Portal da Transparência na internet, em que se encontram bancos de dados contendo boletins de ocorrência de homicídios dolosos, latrocínios, mortes decorrentes de oposição à intervenção policial, furtos e roubos de celulares e veículos, entre outros, com especificação de data, local e horário das ocorrências, atendendo à solicitação nos termos em que foi formulada, não havendo qualquer negativa de informação que justifique o provimento recursal nos termos do artigo 20 do Decreto 58.052/2012.
4. Cabe ainda assinalar que a Pasta buscou atender ao pedido na medida de sua generalidade, uma vez que o solicitante requereu acesso a boletins de crimes de “furto, roubo e outras afetações à propriedade, além daquelas violentas como homicídio”. De fato, um pedido genérico pode tornar inviável o atendimento, em face da imprecisão ou demasiada amplitude da informação almejada. A clareza e precisão na solicitação de acesso é condição necessária para a efetivação do direito de acesso à informação, pois permite à Administração Pública compreender e responder de forma satisfatória, conforme entendimento consolidado desta Ouvidoria Geral do Estado e também do Ministério da Transparência e Controladoria Geral da



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

União: “Necessário ainda que se leve em consideração, nesse contexto, o conceito de pedido genérico, insculpido no inciso I do art. 13 do Decreto nº 7.724/2012. Com efeito, não há como admitir que o demandante se esquive do ônus de delimitar, de forma clara e precisa, conforme prevê o art. 12 do Decreto nº 7.724/2012, seu requerimento de informação, a fim de que seja propriamente apreciado. Na verdade, a imprecisão do pedido genérico impossibilita até mesmo que a Administração diligencie no sentido de satisfazer a demanda do requerente, tornando impossível, do ponto de vista fático, o atendimento ao pedido. Ocorre que o conceito de ‘pedido genérico’, para que possa ser melhor compreendido, acarreta, a contrário sensu, uma definição a respeito do significado de ‘pedido específico’ no âmbito da Lei de Acesso à Informação. Desse modo, a Controladoria-Geral da União buscou, tanto na experiência internacional quanto na experiência da Administração Pública Federal, a melhor forma de explicitá-lo, e tem entendido que, para ser suficientemente específico, o pedido deve preencher os seguintes requisitos:

- a) o assunto do registro solicitado deve ser indicado de modo individualizado e com suficiente particularidade quanto ao tempo, lugar e evento, de forma a permitir que o servidor do órgão ou entidade que tenha familiaridade com o assunto possa identificá-lo de maneira célere e precisa;
 - b) de forma complementar, deve ser indicada, de maneira clara, a listagem dos documentos que sirvam de suporte à informação, com suas respectivas datas de emissão, período de vigência, origem e destino”. (CGU, Despacho nº4685 de 17/06/2013. Processo nº 00077.000044/2013-79).
5. Ademais, não há óbice à apresentação de um novo pedido no sistema SIC.SP no qual seja feita solicitação que aponte, de forma clara e especificada, quais dados são desejados para além daqueles já disponíveis e indicados.
6. Diante do exposto, indicados os caminhos adequados para a obtenção das informações em transparência ativa, e ausente especificação em relação a eventuais outros dados almejados, **conheço do recurso** para, no mérito, **negar-lhe provimento**, com fundamento no artigo 11, caput, da Lei nº 12.527/2011, ausentes as hipóteses de provimento recursal do artigo 20 do Decreto nº 58.052/2012.
7. Publique-se no sistema SIC.SP, para ciência dos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 18 de outubro de 2017.


GUSTAVO UNGARO
OUVIDOR GERAL DO ESTADO